

Corpo feminino: repensando feminilidades e masculinidades

TATIANE PAIVA COVA*

Não se vêem as mulheres além das escravas negras, o que dá um aspecto sombrio às ruas. As mulheres portuguesas e as brasileiras, e mesmo as mulatas de classe média, não chegam à porta de casa durante todo o dia. Ouvem a Missa pela madrugada, e não saem senão em palanquins, ou à tarde, a pé, quando, ocasionalmente, a família faz um passeio.

Henry Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, 1816.

Saem muito raramente e nunca expressam publicamente o menor pensamento nem a menor impressão. Frequentemente vendo algumas mulheres, jovens ainda, se entregar a uma imobilidade, para mim, sobre-humana e guardar um silêncio que me parece eterno, pergunto-me se estas naturezas já estão mortas, até mesmo se algumas porventura viveram; mas para compreender, seria necessário interrogá-las, porém jamais responderiam. Suportam com visível impaciência a menor pergunta que se lhes faça: já é muito que escutem.

Baronesa E. de Langsdorff, *Diário da Baronesa E. de Langsdorff*, 1842-1843.

Como as brasileiras jamais saíam sozinhas às ruas naquela época, na cidade eram encontradas apenas francesas ou inglesas que, por esse único fato de saírem sós, viam-se expostas a muitas aventuras: “É uma Madame!”, diziam sorrindo os brasileiros, o que significava uma francesa e subentendia uma cortesã.

Adèle Toussaint-Samson, *Uma parisiense no Brasil*, 1883.

Durante os séculos XVIII e XIX, os relatos de viajantes pareciam confirmar a crença espalhada pelas províncias, de que a mulher saía apenas em três ocasiões: no batismo, no casamento e no seu falecimento. Vigeadas por pais, maridos, tutores e párocos em geral, as mulheres tinham em seu corpo e nas suas maneiras o ponto de convergência, que inspirava atenção e controle sobre suas ações e sobre seu destino. Sua compostura era desejada já que deveria servir de bom exemplo para a prole e de orgulho para sua comunidade. Seus gestos, movimentos e aparência eram calculados. Nada de excessos. Cabelos, pele e vestimentas traduziam sua simplicidade, pureza, e comedimento.

Com efeito, os depoimentos dos viajantes nos trazem apenas parte das concepções existentes a respeito do cotidiano das brasileiras residentes na cidade do Rio de Janeiro. Todavia, o controle social sobre o corpo feminino também era flagrante em outras manifestações, tais como: as leis do dote, o registro de confissões, os processos-

* Mestre em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

crime contra a mulher, os pareceres médicos sobre a saúde e debilidade da mulher, romances, folhetins e publicações como jornais e revistas, especialmente aqueles destinadas ao *bello sexo*.

Historicamente, o corpo esteve quase sempre ligado ao privado, ao recôndito, aos apelos do belo e do contemplativo (VIGARELLO, 2006); No campo das artes, as mulheres foram constantemente representadas – musas, deusas, soberanas, virgens e santas (ECO, 2004). São imagens traduzidas pelo olhar masculino. Nele, se observava o papel a cumprir e as emoções a despertar. O corpo, belo, sedutor, misterioso, pernicioso, esteve sempre presente na literatura e na filosofia cristã (DEL PRIORE, 1993:23).

A filosofia ocidental, organizada em modelos interpretativos, de estruturas binárias, cujos pares de oposição, entre eles, *mente*, representado pelos paradigmas de masculinidade e *corpo*, associado à feminilidade, constituíram-se como chave de compreensão das relações humanas ao longo dos séculos. A relação primeira *mente* e *corpo*, raiz da polarização de muitos outros termos, produziu com seus pares de oposição, hierarquizações nas mais diferentes escalas (GROSZ, 2000: 45-86); Para o pensamento cristão, a concepção de corpo era menosprezada em relação à densidade de problemas que o conceito mente poderia suscitar. O corpo era objeto de expiação da alma, de suas amarguras e alegrias, vícios e virtudes, todos regulados pela razão.

As formulações teóricas operadas pela tradição do pensamento ocidental, apoiaram-se ao longo dos tempos e ainda sustentam-se através da subordinação do corpo (mulher) pela mente (homem), afastando qualquer possibilidade de associação genuína entre racionalidade e feminilidade. Se a filosofia cristã já não tinha no corpo a base de suas reflexões, a mulher – historicamente associada a ele – figurava como objeto estranho e indecifrável às suas questões. Outro par de elementos opostos: *natureza* x *cultura* também passava a ser mobilizado pela filosofia cristã a fim de reforçar tal dependência.

A mulher, destituída de razão, produto não acabado, concebida na literatura cristã como parte da perfeição (homem) era constantemente associada ao estado bruto da natureza, devido à sua inaptidão para salvaguardar o próprio corpo. A cultura, produto do intelecto e do controle do homem sobre a natureza, legitimava o domínio do homem sobre a mulher. O corpo feminino, portador dos males de Eva, suscitava entre os homens um exame mais zeloso sobre a mulher e seu corpo, cujos signos expressavam

sua flexibilidade moral, sua inquietação e sua fragilidade (LEAL, 2001); Este corpo, não individualizado, residia no mundo não apenas para expiar o pecado original, mas também para justificar sua existência: servir ao outro.

O homem estava em todas as coisas. Era um ser imaterial. Sobre a não corporeidade masculina, a historiadora Joan Scott afirma:

[...] os homens sempre foram considerados como representantes do universal (dos indivíduos socialmente indiferenciados, descorporificados e assexuados), enquanto as mulheres eram consideradas exemplos do particular (corporificada, sexuada e socialmente diferenciada). (SCOTT, 2001:367-388).

De fato, o corpo feminino foi, ao longo do tempo, negligenciado, marginalizado e ocultado por diversas vezes de uma participação mais efetiva na sociedade. Porém, ao tomar o corpo apenas como um objeto neutro e vazio, um receptáculo da cultura à qual pertence, revalidava-se a lógica de oposição entre *corpo* e *cultura* como elementos estanques. O *corpo* não pode opor-se à *cultura*, porque são produto e sujeito da mesma. O corpo é o lócus de inscrição, construção e representação da produção e organização cultural dos indivíduos em sociedade nos seus termos políticos, jurídicos, estéticos, éticos e morais.

A concepção de corpo, conformada em modelos dicotômicos, esvazia sua importância na produção de saberes, tornando-o tão somente um componente passivo da construção de um conhecimento que se formula fora dele. O distanciamento entre corpo e saber, tomado de uma perspectiva sexual, vem a coroar a sustentação de outro par de opostos: *público* e *privado*. A coerção social, marcada pela divisão sexual de tarefas, revela a formação de características sociais, atribuindo às mulheres papéis de domínio particular e restrito, exigindo apenas o desempenho de suas capacidades “instintivas”. Dos homens, por outro lado, é esperado o exercício de suas habilidades intelectuais, a fim de dar conta do funcionamento das coisas mundanas, ou seja, de todo o resto.

Neste sentido, cabe-nos como tarefa compreender a lógica desses pares de opostos supracitados de maneira a identificar como as relações marcadas pela diferença sexual, isolaram o corpo feminino das dinâmicas sociais operadas nos espaços públicos. O presente trabalho objetiva, portanto, tecer uma breve análise sobre os impressos produzidos tanto por homens quanto por mulheres, ao final do XIX, sobre o cotidiano feminino, na cidade do Rio de Janeiro, de maneira a ressaltar os mecanismos de controle sobre os corpos femininos, trazendo à tona perspectivas *generizadas* (SWAIN,

2000:56); sobre esse universo, além de observar as particularidades presentes nos modelos discursivos operados tanto por homens quanto por mulheres, suas semelhanças e diferenças.

Sendo assim, cabe ressaltar a importância em reconhecer tais pares de oposição, que, em certa medida, invalidaram uma percepção mais apurada sobre o papel do corpo como elemento de interação e intervenção dos domínios públicos – deixando de ser apenas um domínio do significável, isto é, inteligível a partir da atuação do homem / mente. Uma vez superada a relação dicotômica *mente x corpo*, torna-se possível investigar as dinâmicas de poder operadas entre homens, entre mulheres e entre homens e mulheres de maneira a apreender suas corporalidades como sujeito e objeto de sua cultura, desconstruindo assim as falsas oposições *mente x corpo*, *público x privado*.

Por outro lado, o exame de modelos epistemológicos interpretativos das relações humanas, baseados nesses pares em oposição, nos permite compreender como homens e mulheres delimitavam as suas áreas de atuação uns em relação aos outros. Além disso, as ambigüidades sugeridas pela noção de corpo (objeto de desejo e de desprezo), (DEL PRIORE, 2004); produziram entre homens e mulheres relações de controle complexas e muito particulares. Para as mulheres, as contrariedades manifestas pelo corpo recaíam de maneira acentuada, visto que era no corpo feminino, com sua anatomia misteriosa, de secreções mal definidas, que se elaborava uma correspondência de termos moralizantes para as principais características físicas determinantes do ser feminino.

Nesse sentido, a partir da segunda metade do XIX, podemos observar o surgimento de redatoras e colaboradoras de periódicos produzidos na cidade do Rio de Janeiro e destinados ao *bello sexo*, advogando por sua emancipação política. O conteúdo desses impressos associava-se fortemente aos discursos tributários dos princípios da razão. As falas femininas, expressas em meios de comunicação formais – correspondências, obras literárias e, nesse particular os periódicos do *bello sexo* – revelavam insatisfação, quando tinham suas vontades reprimidas por conta da chamada “condição feminina”. Os jornais femininos, por exemplo, tornaram-se importante recurso nas tentativas de desfazer interpretações negativas, historicamente marcadas em seu corpo (a fragilidade feminina consiste em exemplo crucial). A resistência a certas características “tipicamente” femininas se fortalecia de maneira a refutar associações a uma moral supostamente feminina, desempenhadas por um corpo feminino idealizado.

Entre as redatoras e colaboradoras, entre as mais célebres citemos as escritoras Juana Paula Manso (Jornal das Senhoras, 1852), Francisca Senhorinha Diniz (O Sexo Feminino, 1873-1877), Prisciliana Duarte (A Mensageira, 1897-1900) e Josefina Álvares de Azevedo (A Família, 1888-1907), o combate às restrições dos seus papéis sociais em função de seu sexo, manifestou-se em diferentes intensidades. Alguns artigos eram satisfatoriamente claros quanto à opressão masculina, quanto aos argumentos equivocados de incompatibilidade fisiológica e efetiva ação social. Quando as articulistas tomavam partido pela emancipação feminina, demonstravam efetivo conhecimento da propagação de correntes de idéias, que sustentavam a segregação das tarefas baseadas no sexo. Em contrapartida, a existência de artigos e de seções compreendidas como “assuntos [somente] de mulher”, de certo modo, interrompia os impulsos feministas, provocando relativo arrefecimento das campanhas de emancipação feminina.

A tensão pontuada pelas distinções de sexo era a tônica dos editoriais e artigos produzidos por mulheres. Apesar disso, a Francisca Senhorinha, fundadora do jornal O Sexo Feminino, por exemplo, estava longe de romper por completo com as diferenciações que subjugavam a mulher em relação ao homem. Os sentimentos de estupefação e incômodo com a “nossa situação” dirigiam-se à insensibilidade das autoridades públicas (legisladores, médicos, instrutores) em subaproveitar a inteligência feminina. E, por acreditarem e sustentarem a defesa do intelecto feminino, baseada em pressupostos da Ciência, corrente ideológica em ascensão no século XIX, tantas vezes evocadas pelas articulistas, contraditoriamente, Francisca e suas colegas acabavam por reeditar a noção de polarização dos sexos.

Nesse sentido, era comum lançar mão da noção de complementaridade dos sexos a fim de justificar suas intenções, uma vez que a sociedade precisaria de mães e esposas mais preparadas como meio de adequação aos novos tempos. A inquietação provocada pelos discursos da Ciência, reproduzindo noções de inferioridade das mulheres em relação aos homens, com base na teorização da diferença sexual, também era objeto premente da pauta feminina.

O surgimento de discursos sobre a diferenciação e conciliação dos sexos correspondia às demandas de novos posicionamentos sociais definidos entre homens e mulheres. Nesse sentido, o corpo – feminino ou masculino – era organicamente a

representação de toda a feminilidade ou masculinidade determinada pelo seu sexo, daí a dificuldade das falas das colaboradoras dos periódicos *Jornal das Senhoras*, *Jornal das Famílias*, *O Sexo Feminino*, *A Família*, entre outros, fugirem da armadilha “identidade feminina x ação feminina”.

Em resposta às tensões protagonizadas entre homens e mulheres, as redatoras e colaboradoras das folhas femininas tiravam partido dos pareceres dos especialistas das folhas masculinas, representadas pelos periódicos *Novo Correio das Modas* (1852-1854), *O Cherubim* (1885-1886), *Rua do Ouvidor* (1898-1907) e *Jornal das moças* (1914), a fim de deslocar e regular a “razão do mais forte” (CERTEAU, 2008: 94); Os conflitos discursivos, observados através das falas femininas e das falas masculinas, apontavam para uma disputa pelo monitoramento dos signos e dos significados que compunham o universo feminino. A necessidade de regulação de tais elementos, propostos por esses modelos discursivos, não concorriam apenas no campo da linguagem. A apropriação das noções de moderno e suas possíveis conexões com o mundo feminino repercutiam também nas práticas sociais e vice-versa. Tanto nas falas femininas, quanto nas falas masculinas, os processos de normatização dos signos de feminilidade adotavam como estratégias, recursos capazes de instituir saberes articulados de maneira a legitimar noções de verdade de acordo com os interesses envolvidos.

Era de comum acordo que a moda, por exemplo, temática freqüente nos impressos do *bello sexo*, fosse resultado da evolução do bem vestir-se. A fruição racionalizada de seus elementos poderia apresentar finalidades afins, contudo, a apropriação subjetivada (por homens e por mulheres) de seus elementos, revelava as nuances que o significado “moda” poderia representar nas experiências, objetivadas por homens e por mulheres. A compreensão da dimensão de poder, expressa por esses modelos discursivos, nos oferece duas questões-chave: até que ponto podemos considerar as tentativas de legitimação desses discursos, como expressões do comportamento das práticas sociais, desempenhadas pelas mulheres, e, se a fabricação desses discursos invalidaria interpretações mais genuínas do cotidiano feminino.

As falas elaboradas pelas redatoras e colaboradoras dos jornais destinados ao *bello sexo*, convergiam em seu conteúdo para a formulação de uma identidade feminina única e representativa dos anseios de todas as mulheres pertencentes ao seu meio social.

A produção de um sujeito definidor e exemplar do engajamento político de jornalistas e colaboradoras do *bello sexo*, provocou uma visão falseada da mulher ou das mulheres. Ainda que reputemos o sucesso desses jornais ao número de assinaturas e de cartas femininas, parabenizando, apoiando e partilhando da “causa feminina”, este universo documental – que não deve ser negligenciado – conformava apenas indícios dos interesses femininos, porém não assegurava que todas, ou quase todas, introjetavam tal modelo em suas práticas cotidianas.

Difícil supor que haveria espaço para manifestações políticas, que revelassem uma pluralidade dos interesses femininos. A mobilização das primeiras mulheres a utilizar os meios impressos para exporem suas bandeiras de emancipação política, se organizou, de maneira a buscar, de fato, certa uniformidade para a agenda feminina. A necessidade de forjar uma unidade política entre as mulheres pode ser entendida como uma tentativa de transmitir às autoridades públicas e à sociedade como um todo, não apenas a representação de uma solidariedade feminina, mas certo grau de compromisso e seriedade às suas intenções políticas (NICHOLSON, 2001: 9-41); A suposta coesão política, sugerida nos modelos discursivos femininos, não necessariamente correspondia por igual aos interesses políticos e individuais das mulheres. Não devemos nos esquecer das subjetividades implícitas nas necessidades presentes no interior desses grupos sociais.

Nesse sentido, as formulações dos discursos feministas não alcançavam na prática o êxito esperado. O chamamento para uma maior conscientização da “condição feminina”, da importância de privilegiarem a educação em seu cotidiano, denotou a emergência em promover maior articulação política entre as mulheres, denunciando a falta de interesse ou vontade política presente em algumas e também, buscando maior apoio da classe masculina. Os obstáculos frente à dificuldade de maior mobilização política tornavam evidente o caráter de descontinuidade das ações políticas das mulheres. As bandeiras progressistas, expressas por melhores condições de vida, conquistavam adesões por diversos interesses, parte deles divulgados e autorizados pela lógica social, outros subjugados, ocultos nas intenções recônditas das mulheres.

A apreensão do sujeito, articulado no interior do discurso feminino, constitui-se como pista fundamental para perceber que a difusão das figuras “mulher”, “mãe”, “esposa”, e “cidadã”, originava-se da formulação intelectual de suas colaboradoras

sobre o ideal feminino e não somente de simples interpretação das realidades femininas. A composição dos discursos revelava a familiaridade nas formas de apresentar o problema. Os argumentos e as soluções propostas com suas expressões pronominais (“nós”), adjetivações (“boa”, “caridosa”, “honrada”) e justificativas (“a capacidade intelectual da mulher”) pareciam indicar sempre como desfecho: “a educação feminina como instrumento de emancipação”.

A formulação dos discursos a partir de recursos da repetição da linguagem, da automação dos sentidos, encerrava as colaboradoras e, por sua vez, suas leitoras, em categorias sociais estanques. O apelo por mudanças, pela revisão de paradigmas de sexualidade (combate às assertivas como: “as mulheres são naturalmente fracas de raciocínio”), apesar de sugerir certa ruptura com a construção de identidades fixadas pelo sexo, não deixava de obedecer a um construto social, baseado na dicotomização das relações e práticas sociais / sexuais. A atualização dos discursos a cada artigo, a cada seção e, a tendência das falas femininas a certa homogeneização, quanto aos pressupostos da emancipação feminina, ocultava possivelmente outras falas.

Certamente a existência de mulheres brancas, letradas, e bem-nascidas representava parcela ínfima da sociedade brasileira. E, provavelmente, a produção de seus discursos não se direcionava e tampouco atingia os grupos de mulheres negras – escravas ou forras – e brancas pobres, quase todas analfabetas (FERREIRA, 2005:81-93); As experiências cotidianas de negras e brancas pobres estavam intimamente atreladas aos espaços públicos, (SOIHET, 2004); rompendo assim com os códigos morais (destinados especialmente às senhoras de classes abastadas), reguladores dos acessos às ruas e logradouros.

Porém, as falas de nossas articulistas não excluía apenas as diferenças de cor e de classe, mas aquelas que também eram próximas ao seu convívio social. Neste sentido, a repressão das diferenças no interior dos seus discursos, também deve ser computada. Devemos pôr em questão que, apesar de o movimento de mobilização das mulheres pelo direito à educação, à instrução, às escolhas quanto ao casamento etc. sinalizar certo enquadramento das mulheres, ou seja, atender a um perfil comum – “mulheres letradas de classes abastadas” – é preciso considerar que os traços sociais que as unem e que justificam suas necessidades não devem ser analisados de forma resumida.

Nas palavras de Roger Chartier.

Os agenciamentos discursivos e as categorias que os fundam – como os sistemas de classificação, os critérios de recorte, os modos de representações – não se reduzem absolutamente às idéias que enunciam ou aos temas que contêm. Possuem sua lógica própria – e uma lógica que pode muito bem ser contraditória, em seus efeitos. (CHARTIER, 1991).

De fato, o estabelecimento de critérios comuns aos interesses femininos compunha, para as feministas, importante estratégia política para a luta por seus direitos. No entanto, a formação e definição das categorias “mulher”, “esposa”, “mãe” e “cidadã” veiculadas nesses impressos, acabava por simplificar os significados dessas funções quando atribuídas de maneira generalizada. É necessário avançar e perceber a complexa rede de significados que tais categorias assumem quando são coordenadas, isto é, quando seus sentidos e significados são cruzados, confrontando as diferenças, dosando as semelhanças.

Embora os artigos, colunas e seções do *bello sexo* conduzirem a nós, leitores, em princípio, a uma percepção pouco variável sobre as categorias “mulher”, “esposa”, “mãe” e “cidadã”, as práticas cotidianas, vivenciadas pelas redatoras, colaboradoras e leitoras desses impressos, ao longo das décadas, certamente sofreram variações, diferenciando seus comportamentos de acordo com as contingências sociais. Apesar de reconhecermos características comuns a essas mulheres, as subjetividades, vividas de modo particular em cada mulher, devem ser consideradas para percebermos as nuances de seus comportamentos, de suas bandeiras, interesses flutuantes no tempo e no espaço.

Decerto que os códigos lingüísticos e corporais, produzidos em sociedade, incidiam sobre o comportamento particular do indivíduo. No entanto, considerar tal influência como via de mão única, fazendo destes indivíduos apenas receptores passivos de uma cultura, tornava nula qualquer possibilidade de interferência e transformação que cada corpo poderia sugerir. As mulheres pertencentes às camadas médias e mais abastadas não foram apenas receptoras ou mediadoras dos modelos de educação moral, veiculados pelo Estado, pela igreja e pela família, mas também sujeitos atuantes na reconfiguração destes modelos. Assim, a conduta de homens e de mulheres, estaria sujeita não mais às imposições do sexo, mas sim à estrutura cultural construída em seus meios sociais.

Para que as teorizações em torno das categorias *sexo* e *gênero* pudessem evoluir, e assim desconstruindo outro falso par de oposição, tornou-se necessário ajustá-las, de

fato, às contingências socioculturais e históricas, que se desdobram ao longo dos tempos. Enquanto tais categorias se descolarem das circunstâncias sociais e históricas, elas estarão sempre num nível pré-discursivo, separadas da realidade que se pretende abordar. Não há, portanto, um sexo pré-definido ou uma condição de gênero preestabelecida, mas sim a formulação de análises que legitimam tais noções. Os discursos (masculinos e femininos) difundidos nos impressos voltados ao público feminino foram objetos exemplares de tal problemática.

Se por um lado as falas femininas, repletas de apelos políticos, incitavam moças e jovens senhoras a repensarem a ausência de políticas de assistência feminina, a proliferação das seções mundanas, isto é, colunas de entretenimento, higiene e beleza, presentes também nas folhas femininas, “equilibravam” tais desigualdades. As longas narrativas sobre eventos sociais e moda, instituíam verdades no que diz respeito às representações do corpo feminino. As seções mundanas como práticas culturais favoreciam o processo de assujeitamento do corpo feminino, que tencionavam, cada vez mais, corresponder a tais demandas sociais.

A frequência de seções mundanas nos impressos produzidos tanto por homens quanto por mulheres produziam estreito diálogo, uma vez que difusão de códigos de boa conduta delimitava as ações de homens e, sobretudo, de mulheres a partir de noções de identidade masculina e feminina, revelando associações-base tais como: mulher e corpo, homem e mundo – aspectos presentes em ambas as publicações. Quando os colaboradores dos jornais (homens e mulheres) das folhas masculinas versavam sobre assuntos que remetiam aos cuidados do corpo, de sua estética e beleza, era sempre das mulheres de que se queria falar. O binômio “mulher-corpo”, perpetuado ao longo dos séculos, restringia a mulher como objeto de análise, de controle, de disputa e de finalidade.

De acordo com a trajetória das categorias sociais, construídas no pensamento ocidental, (GROSZ, 2001) o corpo masculino não estava passível às interpretações de cunho regulatório, encontrando-se desmaterializado, pois o homem – detentor da razão – já estaria em todas as coisas, (MATOS, 2005:21); isto é, era referência, padrão, de todas as coisas. Enquanto a mulher, objeto privado, permanecia encerrada em um só corpo (BEAUVOIR, 1967:78).

Os homens tomavam o corpo feminino por achar que, tradicionalmente, este instrumento concorria como veículo de transmissão do universo das emoções e do afeto. Uma ferramenta de exposição, portadora de dispositivos específicos, aptas a liberar os sentimentos mais profundos. Esses corpos possuíam papéis bem marcados e deveriam agir prontamente, quando as circunstâncias assim conviessem. Nos cortejos fúnebres, lágrimas seriam vertidas, nas cenas profanas, sorrisos sinceros emergiriam. Havia também expressões e comportamentos que remetiam ao silêncio e à resignação, tão caras às mulheres. Por amor, elas se enclausuravam e pela dor, se calavam.

Apesar disso, o reconhecimento, pelas mulheres, do corpo como objeto, tantas vezes aviltado por denominações tais como: pedaços de carne, joguetes e outras mercadorias; não as impediu de desenvolver estratégias, marcando posições de sujeito. No tocante às relações de poder, outras interpretações passaram a agregar noções de interdependência, reflexo das descobertas das estratégias de defesa do corpo como suporte resistente às violências, nem sempre evidentes, do corpo social dominante. Embora as mulheres deixassem escapar uma percepção mais aberta e pragmática sobre as possibilidades que as noções de “corpo-objeto” poderiam suscitar, o fato é que as contingências sociais, trazidas pela emergência dos tempos modernos, operadas nas relações interpessoais favoreceram a criação de subterfúgios para sua sobrevivência social.

Para além da produção de discursos como ferramenta de resistência política, o mundanismo feminino, incessantemente relatado nas publicações do *bello sexo* possibilita perceber outras posições de sujeito, tão ou mais significativas no fazer social. As crônicas da vida mundana; a reprodução de manuais de conduta, em que pesem os mecanismos de controle promovidos pelos censores sociais, não impediu as mulheres (escritoras e leitoras) de tirarem proveito, mesmo quando as circunstâncias nem sempre lhes eram favoráveis.

A investigação em torno da história das mulheres na perspectiva do corpo, pode contribuir para o entendimento da construção de categorias sociais, formuladas ao longo do tempo, de maneira a avaliar os limites de ação do corpo feminino no corpo social. Neste sentido, é possível afirmar que o processo de institucionalização do corpo feminino, acentuado a partir do Iluminismo, redefiniu as relações entre as mulheres e os espaços públicos e privados. No Rio de Janeiro, as promessas de progresso e de

modernização da cidade resultaram em novas relações entre o corpo e o espaço a ser ocupado. As noções de feminilidade, difundidas naquele meio social, passaram a ser mobilizadas de modo a problematizar a presença de mulheres de camadas abastadas, até então preservadas de um convívio social mais intenso.

A ausência de intimidade com os espaços urbanos e as precárias condições de locomoção e permanência em uma cidade em vias de se modernizar, trouxeram para as mulheres inúmeros desafios, entre eles o de criar justificativas para sua presença no espaço público. O processo de territorialidade dos corpos femininos na capital foi intensamente acompanhado pelos censores sociais, cujos artigos, colunas e editoriais ocupavam-se em avaliar a participação das mulheres nas novas redes de sociabilidade, construídas na vida mundana.

O debate em torno da crença em características limitadoras do sexo feminino constituía-se na tônica dos discursos masculinos e femininos, veiculados nas publicações do *bello sexo*. As estratégias de combate e a retórica de persuasão, operadas por homens e por mulheres dedicados à produção e à redação de conteúdos sobre a “condição feminina”, revelam as tensões e as negociações existentes não somente entre articulistas (homens e mulheres), mas também entre homens e entre mulheres. A temática da emancipação feminina despertou a produção de saberes sobre o corpo, um tanto diferenciados, se compararmos os discursos presentes nas folhas masculinas e femininas. No entanto, a necessidade de se forjar ou, às vezes, de refundar, uma identidade feminina, foi observada nas publicações de ambos os tipos, denotando a necessidade de fortalecer ora a figura de mulher educada e instruída (para as folhas femininas), ora a figura de mulher bela e refinada (para as folhas masculinas).

Em linhas gerais, os corpos retratados, correspondiam a corpos de pele branca, ou bem próxima à branca, jovens, oriundos de camadas abastadas, com instrução razoável, com feições agradáveis, gestos polidos, cabelos castanhos, mãos delicadas, corpos cristãos. Ainda que houvesse gradações, um tipo específico (COSTA, 2001:112-123); de corpo feminino era amplamente disseminado nos romances folhetinescos e na imprensa do *bello sexo*, de uma maneira geral. Esse regime de representação do corpo implicava um modelo feminino ao qual as mulheres pudessem aspirar e os homens, admirar. Em termos discursivos, a pluralidade das categorias femininas dava lugar a

uma terminologia integrada por um sistema de nomeações e classificações que obedecia a um construto social e ideológico operado pela lógica dominante.

De acordo com essa lógica, a mulher não era apenas a representação do objeto negado, mas sim objeto diferenciado, passível de apreensão a partir de categorias pouco variáveis, tornadas inteligíveis desde perspectivas masculinas e femininas bem determinadas. Nas folhas masculinas, a frequência de artigos e seções mundanas, prescrevendo para as mulheres valores e práticas bem definidos, limitadores da ação e da reflexão, indica a necessidade de criação de mecanismos de defesa e de preservação social por parte dos grupos dominantes, oprimindo aqueles que ameaçavam a ordem vigente, sendo, portanto, tão necessário enquadrá-las, repetidamente, em cenários específicos, desempenhando funções altamente *generizadas*.

A insistência em tais associações “mulher-beleza” e “mulher- vaidade”, articuladas nas folhas masculinas, dá a perceber a elaboração de narrativas operadas por um processo de exclusão, ainda que de maneira implícita. Como foi dito anteriormente, as seções mundanas destinadas a orientar sobre o embelezamento e a higienização dos corpos, existiam fundamentalmente, para tratar das mulheres, moldando seus comportamentos. Sustentar assertivas que revalidavam o vínculo do sexo feminino com as categorias “beleza”, “vaidade” etc. consistiam, também, a todo o momento, em informar aos leitores os aspectos *não* correspondentes às noções de um ser masculino e assim forjando noções de masculinidade.

Entretanto, as intenções de construção de um modelo ideal de mulher, tanto na perspectiva masculina, quanto na feminina, não nos impede de perceber o caráter heterogêneo das publicações, confirmado por sua composição, em que pesem as falas divergentes e mesmo aquelas que foram abafadas ou permaneceram ocultas. As necessidades de racionalização das intenções e das bandeiras femininas por parte das mulheres, divulgando constantemente notícias favoráveis à autonomia das mulheres nos países civilizados; cercando-se de pessoas e de argumentos resistentes à opressão feminina, trouxeram à tona as ambigüidades de lidar com o próprio corpo como instrumento claramente objetivado para a sua emancipação política e social.

Com isso, é possível afirmar que as estratégias de ativismo feminino, passaram, necessariamente, a novas apreensões corporais, em virtude das demandas por transformações políticas e estéticas, observadas no período estudado. Dedicadas a

demarcar suas posições como sujeitos igualmente importantes neste novo quadro social, as mulheres buscaram táticas de sobrevivência em um meio que, muitas vezes, se apresentara hostil a intervenções mais contundentes. Conscientes dos obstáculos e desejosas de conquistar a confiança dos seus pares sociais, isto é, de pertencer mais efetivamente ao corpo social, sem, entretanto, infringir o princípio da ordem no corpo social, mulheres e homens dispuseram-se a novos ajustamentos.

Sendo assim, o estudo do corpo feminino no campo da história das Relações de Gênero, se constitui como importante tarefa para se pensar a historicidade das identidades masculinas e femininas e como a teoria da diferenciação sexual se fundamentou como marca das tensões sociais entre homens e mulheres. Segundo a historiadora Magali Engels, cabe à produção historiográfica contemporânea, o empenho de propor noções de masculinidades e feminilidades, no âmbito das construções socioculturais, como uma prioridade política e acadêmica. Desse modo, contrapondo às noções fortemente marcadas de “identidade feminina” e “identidade masculina”, noções essas formuladas com base em aspectos naturais e, portanto, pré-discursivas, que pretendemos contribuir para minimizar as amarras teóricas ainda tão presentes e propagadas entre os meios sociais (MATOS; SOIHET, 2003).

Bibliografia

AMORIM, Marina. “Combates na história”. A “guerra dos sexos” na historiografia. **Cad. PAGU**, n.20, 2003.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo**. Difusão Européia do Livro, 1967.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **O bello sexo**: imprensa e identidade no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do XX. 1988. 269 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós- Graduação de Antropologia Social - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988.

BITTNER, Dulcília H. Schroeder. **Mulher de Papel**. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2009.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.5 n.11 Jan./Abr. 1991.

COSTA, Suely. Gomes. Saúde, Gênero e Representações Sociais. In: MURARO, Rose Marie; PUPPIN, Andréa. (Org.). **Mulher, gênero e sociedade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, p. 112-123.

DEL PRIORE, Mary. **Ao Sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. São Paulo: José Olympio, 1993, p.23.

____. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

ECO, Umberto (Org.). **História da Beleza**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ENGEL, Magali Gouveia. **Meretrizes e Doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1989.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. As leitoras no Rio de Janeiro do século XIX: a difusão da literatura. **Gênero**, Niterói, v. 5, n.2, p. 81-93, 2005.

GROSZ, Elizabeth. Corpos reconfigurados. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Filomena (Orgs.). **Cad. PAGU**: corporificando gênero. Campinas, São Paulo, v.14, p. 45-86, 2000. Disponível em:

<www.ifch.unicamp.br/pagu/sites/www.ifch.unicamp.br/pagu/.../n14a03.pd>. Acesso em: 28 jan. 2010.

LEAL, José Carlos. **A maldição da mulher**. Rio de Janeiro: Ed. DPL, 2001.

MATOS, Maria Izilda. **Âncora de emoções**. Corpos, subjetividades e sensibilidades. São Paulo: Edusc, 2005.

____. e SOIHET, Rachel (Orgs.). **Corpo feminino em debate**. São Paulo: UNESP, 2003.

NICHOLSON, Linda. Interpretando gênero. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis: UFSC, v.8, n. 2 p.9-41, 2000.

PERROT, Michele. Les sources orales pour l'histoire des femmes. In: **Une histoire des femmes est-elle possible?** Paris, Rivages, 1984.

____. Os silêncios do corpo da mulher. In: Maria Izilda S. de Matos; Rachel Soihet (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Edunesp, 2003, p. 13.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: A utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SCOTT, Joan. "La querelle des femmes" no final do século XX. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v.9, n.2, p. 367-388, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

____. Mulheres pobres e violência feminina no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

SWAIN, Tânia Navarro. A invenção do corpo feminino ou “A hora e a vez do nomadismo identitário?” **Textos de História**. Brasília: Editora UNB, v.8, n.1-2, p.47-84, 2000.

VIGARELLO, Georges. **História da Beleza**: o corpo e a arte de se embelezar, do renascimento aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.